

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 18.04.2024

Macau, enquanto centro mundial de turismo e lazer, tem vindo a desenvolver-se no sentido de se transformar numa cidade agradável para viver e visitar. No entanto, com o rápido desenvolvimento urbano e económico, é inevitável que o ambiente ecológico seja afectado. Apesar de o Governo ter apostado na criação de espaços verdes de lazer, os espaços verdes com paisagem ecológica continuam a ser limitados e preciosos.

Para Macau se transformar numa cidade de turismo e de lazer a nível internacional, com um desenvolvimento sustentável, além de manter as zonas protegidas e os resultados de arborização alcançados até agora, é necessário dar importância ao planeamento do ambiente ecológico, a fim de criar um ambiente natural que atraia a permanência dos turistas e seja agradável para os cidadãos.

De facto, todo o mundo está a procurar soluções inovadoras para lidar com as questões relativas ao lixo, à protecção ambiental e às energias renováveis, e até mesmo a implementar a “compensação ecológica”, criando, em grande escala, ambiente ecológico, para manter o equilíbrio entre o desenvolvimento urbano e a protecção ambiental. Por exemplo, Naoshima, no Japão, que passou de um local com grave poluição industrial a um paraíso artístico, Nanjido, na Coreia do Sul, que passou de uma montanha de lixo a um parque ecológico, e Pulau Semakau, em Singapura, a primeira ilha em todo o mundo que serve de depósito de lixo, são atracções ecológicas de renome.

Face ao exposto, o Governo lançou o projecto de “Ilha Ecológica” para melhorar a estrutura ecológica local, o que pode resolver o problema dos resíduos, evitar a futura pressão da falta de recursos de solos e reduzir o impacto da escolha do local terrestre para os habitantes das proximidades. Mais, pode ainda aumentar os recursos ecológicos naturais limitados e preciosos de Macau, e enriquecer o seu conteúdo urbano. Através da protecção ecológica e da construção paisagística, como base da educação ecológica e ambiental, o público e os estudantes podem sentir *in loco* a natureza e a importância da protecção ambiental para o desenvolvimento sustentável de Macau.

O Governo continua a contar com equipas profissionais para realizar estudos e análises sobre a “Ilha ecológica” e a avaliação do impacto ambiental, e a sua execução também precisa de ser avaliada e aprovada pelo Governo Central, a fim de garantir a cientificidade do uso das áreas marítimas. Espera-se que, com a construção da Ilha ecológica, o Governo possa continuar a reforçar a protecção da ecologia natural e da paisagem humana de Macau, construindo um ambiente ecológico de baixo carbono, de alta qualidade, e adequado à habitação e ao turismo, como uma base sólida para o desenvolvimento sustentável da cidade.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng Jose em 18.04.2024

Sugestões sobre o aumento contínuo da literacia informática dos menores

Este ano, comemora-se o décimo aniversário da implementação do conceito geral da segurança nacional e, na “Exposição de Educação sobre a Segurança Nacional”, que teve início recentemente, realizaram-se, em simultâneo, a cerimónia de entrega de prémios do concurso de composição “A minha noção sobre a cibersegurança” e do concurso de vídeo de curta-metragem, com significado especial. Recordo-me que o Presidente Xi Jinping tinha salientado que “não há segurança nacional sem cibersegurança”, por isso, para satisfazer os requisitos de segurança exigidos pelo desenvolvimento das tecnologias da informação, a protecção conjunta da civilização cibernética deve começar pelos jovens, mas também pelas crianças, para que os jovens, desde pequenos, se tornem criadores, guardiões e beneficiários da cibersegurança.

De acordo com os dados dos anos anteriores do “Plano de Estudo da Internet de Macau”, até 2022, em Macau a taxa de penetração da Internet entre os menores de 6 a 11 anos de idade era de 84,9 por cento, e a de utilização da Internet com os seus telemóveis era de 59,7 por cento; a taxa de penetração da Internet por jovens entre os 12 e os 17 anos de idade era de 100 por cento, e a de utilização da Internet com os seus telemóveis era de 97,6 por cento. O número de alunos do Secundário que acedem à Internet está quase a atingir o seu ponto de saturação.

De acordo com as investigações feitas, o objectivo principal do uso da Internet pelos menores é o de lazer e divertimento e, em segundo lugar, comunicar com os outros e estudar. O ciberespaço é um mundo de possibilidades e um instrumento indispensável para a aprendizagem dos menores, mas, ao mesmo tempo, o ciberespaço pode fazer com que os utilizadores menores enfrentem várias ameaças “on-line”, por exemplo, o vício da Internet, o consumo excessivo, a violação dos direitos e interesses legítimos, etc., por isso, não só temos de dar a conhecer aos menores esses riscos, como o mais importante é aprender a prevenir, e ainda criar bases para a formação de uma cultura de consciência de segurança cibernética desde a infância.

Com vista a incentivar os menores a utilizarem a Internet de forma científica e racional, a cultivarem bons conhecimentos sobre esta e a consolidarem a rede de protecção da cibersegurança, apresento as seguintes sugestões:

1. Com o desenvolvimento da era informática, a literacia digital deve integrar a disciplina obrigatória de moral na primária e na secundária. Sugere-se que, ao definir o “quadro da organização curricular” e as “exigências das competências académicas básicas”, as autoridades incentivem as escolas a criarem cursos de literacia digital com focos diversos consoante as características do desenvolvimento físico e mental das diversas idades, com vista a elevar a literacia digital dos menores através do aumento da percentagem de disciplinas sobre a moral. Para os menores entre os 6 e os 11 anos, essas disciplinas podem visar principalmente as técnicas e segurança informáticas e a educação sobre a privacidade;

quanto aos dos 12 aos 17 anos, é então necessário incluir mais temas importantes como a ética na área informática, a autogestão, o valor do dinheiro, etc.

Segundo o “5.º Relatório Nacional de Investigação sobre a Utilização da Internet por Menores”, nos últimos cinco anos, a taxa de popularização da Internet entre as crianças em idade pré-escolar na China aumentou rapidamente de 89,5 por cento para 95,1 por cento, e a maioria dos menores começou a usar a Internet antes de frequentar a escola primária, situação que também acontece com as crianças em idade pré-escolar em Macau. Quanto ao cultivo de boa ética moral junto dessas crianças sobre o uso da Internet, pode-se recorrer às actividades de divulgação entre pais e filhos, como o “Dia de Convívio entre a Polícia e o Cidadão”, entre outras formas adequadas, para transmitir mais informações sobre a segurança cibernética aos encarregados de educação e às crianças, em prol da protecção conjunta da civilização cibernética pela família, escola e alunos.

2. Muitos cibernautas menores estão habituados a utilizar dispositivos móveis para receber mensagens “curtas, directas e rápidas” a qualquer hora e em qualquer lugar, e acredito que todos compreendem a tentação de passar vídeos, uns atrás dos outros. Por isso, sugiro às autoridades que coloquem, nos *websites* mais visitados pelos menores, vídeos de divulgação jurídica sobre o combate à fraude na Internet, para as mensagens sobre a segurança cibernética serem vistas nas páginas a que os menores acedam ao fazer pesquisas, elevando gradualmente a sua consciência de cibersegurança. Nos últimos dias, o miniprograma antiburla da PJ entrou em funcionamento, e o público pode aceder a este miniprograma através da conta de *Wechat* da PJ, sem necessidade de descarregar mais dados, para usar as funções como fazer pesquisas no âmbito da burla e dar pistas sobre as burlas, o que merece o nosso elogio. Espero que as autoridades continuem a reforçar, deste modo, o combate à burla na Internet.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 18.04.2024

Optimizar os trabalhos de implementação de “1 + 4” conforme as necessidades, assegurando a conclusão dos objectivos do planeamento com alta qualidade

Nos últimos anos, o Governo da RAEM empenhou-se na promoção do desenvolvimento diversificado das indústrias de Macau, definindo claramente a estratégia de desenvolvimento da diversificação adequada da economia “1+4”, desenvolvendo, de forma activa, as quatro indústrias prioritárias, nomeadamente, as indústrias de macrossaúde da medicina tradicional chinesa, finanças modernas, tecnologia de ponta e de convenções, exposições e comércio, e cultura e desporto, reforçando os efeitos sinérgicos entre as diferentes indústrias e promovendo a alta eficiência e o desenvolvimento sustentável da economia e da sociedade de Macau. Ao mesmo tempo, no planeamento de “1+4”, o Governo da RAEM definiu os objectivos de desenvolvimento, as missões e os trabalhos prioritários de Macau, bem como a distribuição das diversas indústrias e a divisão das tarefas entre os diversos serviços.

Mas, a par da implementação gradual do “planeamento”, a situação social de Macau tem vindo a alterar-se e a desenvolver-se de acordo com a conjuntura geral. Actualmente, embora o número de visitantes de Macau se aproxime basicamente do nível registado antes da epidemia, os principais beneficiários concentram-se nas zonas turísticas mais movimentadas e nos “resorts”, enquanto os comerciantes das zonas comunitárias e algumas micro, pequenas e médias empresas dificilmente conseguem obter benefícios, e a economia não recuperou ainda de forma equilibrada. Mais ainda, o poder de compra em geral é fraco e os residentes deslocam-se à China para consumir, o que dificulta a sobrevivência das micro, pequenas e médias empresas das zonas comunitárias; ao mesmo tempo, a queda contínua do sector imobiliário também está a causar impactos na respectiva cadeia industrial; e ainda mais, um novo grupo de recém-graduados vai sair do “campus” e entrar no mercado de trabalho. Eles esperam poder beneficiar do planeamento “1+4”, e obter um emprego relativamente estável e oportunidades de empreendedorismo.

Na minha opinião, o Governo deve, tendo em conta a realidade do desenvolvimento social, rever e ajustar, atempadamente, o planeamento “1+4”, para enfrentar as dificuldades acima referidas e assegurar a concretização do “planeamento” com alta qualidade. Proponho então o seguinte:

1. Durante o processo de implementação do plano “1 + 4”, deve-se proceder ao trabalho da sua revisão a qualquer momento, com vista à respectiva optimização faseada, segundo a situação actual. Neste momento, muitas lojas estão a fechar, o que constitui um desafio para as micro, pequenas e médias empresas. O Governo lançou o “Grande prémio para o consumo na Zona Norte durante os fins-de-semana” cujos resultados já estão a revelar-se, e espera-se que essa medida possa ser estendida a outros bairros comunitários, apoiando as micro, pequenas e médias empresas e revitalizando a economia comunitária. Claro que os subsídios, como o Carnaval de Consumo, são medidas de apoio de curto prazo, por isso, é necessário ponderar a longo prazo, para que as PME possam ter um desenvolvimento estável a longo termo. Sugiro ao Governo que reforce o lançamento de medidas de apoio à

reconversão e valorização das pequenas e médias empresas, generalizando e divulgando os instrumentos digitais, com vista a elevar a eficiência e a competitividade das suas actividades. Deve-se apoiar as empresas na realização de *marketing* integrado *online* e *offline*, enriquecendo os canais de venda das micro, pequenas e médias empresas. Deve-se introduzir mais elementos para *check-in* e descoberta de lojas pelos visitantes jovens, entre outros, para que as pequenas e médias empresas possam acompanhar a tendência e desenvolver-se de forma saudável a longo prazo.

2. Apoio aos recém-graduados na participação eficaz no desenvolvimento da construção do projecto “1 + 4”. O Governo deve incentivar a cooperação entre as instituições de ensino superior, empresas e associações sociais, proporcionando planos de estágio e cursos de formação técnico-profissional, para apoiar os recém-graduados dos cursos "1 + 4" na procura de emprego e ajudá-los a encontrar, o mais rápido possível, postos de trabalho adequados. Ao mesmo tempo, o Governo deve proceder, de forma sistemática, a estudos sobre a oferta de talentos e a respectiva procura nos quatro principais sectores, e promover a construção do sistema de registo de dados de talentos e de uma base de dados aperfeiçoada sobre a sua procura, para que os diversos sectores da sociedade conheçam, em tempo real, a situação de mudança da oferta e procura de talentos e de emprego, entre outros. Esses dados constituem uma referência para os finalistas do ensino secundário sobre o prosseguimento de estudos, ajudando-os a conhecer a situação do desenvolvimento social e a fazer o planeamento da sua carreira profissional o mais cedo possível para enfrentar os desafios do futuro.

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 18.04.2024

Revitalização de seis zonas históricas, para promover a renovação urbana

No ano passado, foi lançado o plano de revitalização de seis zonas históricas, para dinamizar a economia comunitária. Em articulação com o plano, as seis concessionárias do jogo organizaram actividades culturais, turísticas e de entretenimento, realçando as particularidades culturais e humanas de Macau, a sua beleza e diversidade em miniatura. Essas iniciativas mereceram o reconhecimento da população e dos turistas.

O “Plano de Desenvolvimento da Diversificação Adequada da Economia da Região Administrativa Especial de Macau (2024-2028)” faz menção à necessidade de promover o desenvolvimento dos bairros, criar zonas culturais e turísticas para impulsionar o desenvolvimento das zonas vizinhas, revitalizar os bairros comunitários, criar novas atracções, e recuperar as características urbanas e as actividades económicas tradicionais dos bairros antigos. Então, há que aproveitar a boa oportunidade da revitalização das seis zonas, para criar um novo protótipo de renovação urbana baseada na protecção do centro histórico.

A renovação urbana não é apenas uma transformação da fisionomia urbana, mas também uma continuidade e inovação do património histórico. Ao mesmo tempo que procuramos o desenvolvimento económico, devemos preocupar-nos mais com a forma de alcançar um desenvolvimento urbano sustentável com base na salvaguarda do património histórico e cultural. Enquanto cidade com dois cartões-de-visita, nomeadamente, “Centro mundial de turismo e lazer” e “Cidade de gastronomia”, Macau deve não só prestar atenção à salvaguarda dos seus recursos históricos e culturais, mas também procurar avanços inovadores, juntando as mãos às associações civis para formar uma colaboração entre o Governo, as empresas e a comunidade, de modo a otimizar o ambiente dos bairros antigos e a desempenhar o papel da renovação urbana na promoção do desenvolvimento económico.

Assim, gostaria de apresentar as seguintes sugestões:

1. Utilizar, a título experimental, as seis zonas como um modo alternativo de renovação urbana. A renovação urbana não implica necessariamente a reconstrução de edifícios antigos, podendo ser atingida através do “restauro dos edifícios antigos”, conservando o aspecto original dos edifícios e das instalações comunitárias nos bairros históricos, de modo a permitir que o público e os turistas sintam o património histórico da cidade. O “restauro dos edifícios antigos” contribui para aumentar o valor comercial dos mesmos, estimular a vitalidade do mercado e impulsionar o investimento nele, dando igualmente origem ao desenvolvimento do sector e a tecnologias de “restauro”, que vão impulsionar o desenvolvimento económico e criar diferentes, e mais, oportunidades de emprego.

2. Recuperar ou reforçar as funções económicas das zonas históricas como um dos objectivos da renovação urbana. Algumas zonas já dispõem de instalações comerciais complementares, por isso sugere-se que, através de diversos projectos comerciais, se melhore o ambiente comercial dessas zonas e se atraia a atenção dos investidores. Com base

nisto, desenvolver ainda os efeitos de expansão comercial para promover o desenvolvimento das zonas circundantes e concretizar a elevação global da economia urbana. Quanto às zonas sem instalações comerciais complementares, encorajar as operadoras de jogo a aproveitar as suas ricas experiências comerciais para impulsionar as micro, pequenas e médias empresas a aí se instalarem e se desenvolverem, para surtir o efeito de “aproveitar as grandes para impulsionar as pequenas”.

3. Incentivar os proprietários dos edifícios antigos a participarem na renovação urbana. A renovação urbana dos edifícios antigos nas zonas históricas vai elevar o valor desses edifícios, o que traz incentivos económicos aos proprietários para participarem nessa renovação. Pode considerar-se a prestação de apoio e orientação, em articulação com os diversos benefícios fiscais existentes e a política de atribuição de subsídios às obras de remodelação, para que a referida renovação possa entrar numa pista rápida.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 18.04.2024

Aproveitar os terrenos desocupados para responder às necessidades da sociedade e apoiar o desenvolvimento urbano

A nova Lei de terras, a Lei do planeamento urbanístico e a Lei de salvaguarda do património cultural entraram em vigor no dia 1 de Março de 2014, há já dez anos. Estas têm proporcionado normas jurídicas mais claras sobre o desenvolvimento sustentável da cidade, o aproveitamento efectivo de terrenos, a melhoria do ambiente habitacional, a protecção ambiental e o direito à informação do público, têm permitido ao Governo um melhor planeamento, aproveitamento e desenvolvimento dos terrenos, e têm apoiado o desenvolvimento social.

Nos últimos anos, com o aperfeiçoamento da Lei de terras e os esforços conjuntos dos diversos serviços públicos, os terrenos do Estado, com uma área de centenas de milhares de metros quadrados, foram recuperados, com sucesso, por ter caducado a concessão ou terem sido ilegalmente ocupados. O Governo está a estudar e a definir as condições urbanísticas de cada zona e os lotes de terrenos. Há dias, na resposta à minha pergunta na Assembleia Legislativa, o Chefe do Executivo afirmou que estava a estudar a utilização dos terrenos desaproveitados para a construção de instalações temporárias para a realização de actividades artísticas, culturais e desportivas, com vista a impulsionar o desenvolvimento do sector turístico e económico, sem impacto para a vida da população. Mas, para além dos eventos de grande escala, o Governo deve aproveitar os terrenos desocupados, mesmo que provisoriamente, para responder às solicitações dos sectores e dos residentes no decurso do desenvolvimento socioeconómico, o que será mais benéfico para o desenvolvimento sustentável da cidade.

Os dirigentes dos Transportes e Obras Públicas afirmaram várias vezes que, caso outros serviços públicos necessitassem de terrenos, podiam apresentar pedidos para a respectiva utilização temporária, e se as condições assim o permitissem, os serviços em causa prestariam a devida colaboração. No entanto, quando o sector em causa ou os residentes apresentam as suas solicitações, é difícil a luz verde. Por exemplo, a sociedade tem exigido o nivelamento simples dos terrenos, para os quais ainda não há planos, junto às zonas habitacionais, para a criação de zonas verdes e a abertura ao público para a realização de actividades de lazer, a fim de melhorar o ambiente habitacional. No entanto, muitos terrenos da Península de Macau e da Taipa estão desocupados há muitos anos, as ervas continuam a crescer e os mosquitos a proliferar, e não são devidamente aproveitados. Muitos sectores, como os da construção civil, transportes, reciclagem, etc., têm-se queixado, ao longo dos anos, da falta de espaço para a colocação de máquinas e materiais de grande dimensão e para a reparação de veículos pesados, e têm pedido ao Governo que arrende, a título oneroso, os terrenos desaproveitados afastados das zonas habitacionais, para os apoiar na sua exploração e no seu desenvolvimento. Ora, isto contribuiria para gerir melhor os recursos de solos, mas nada conseguiram. Afinal, a que serviços públicos é que se devem dirigir esses pedidos? Como se julga se existe ou não necessidade?

Mais um exemplo: na zona antiga da Taipa e no Cotai, onde há muitos turistas, o trânsito é intenso, e o terreno não aproveitado junto a Chun Su Mei é bastante grande, portanto, o Governo deve planear bem a parte deste terreno junto à paragem de táxis, para otimizar as instalações complementares e as paragens de tomada e largada de passageiros dos transportes públicos, escoando o trânsito. Porém, ainda não existe qualquer plano de aproveitamento provisório deste terreno, que já foi recuperado há muito tempo.

Apelo mais uma vez aos dirigentes dos diversos serviços públicos para prestarem atenção às referidas solicitações da sociedade e procurarem soluções para o aproveitamento adequado dos terrenos desaproveitados, além de aperfeiçoarem o respectivo planeamento nos termos da lei. Há que reforçar a gestão dos terrenos desaproveitados, para otimizar a utilização dos recursos, melhorar o ambiente habitacional dos cidadãos e aumentar as zonas verdes, e apoiar devidamente o desenvolvimento dos sectores, de modo a implementar o princípio do aproveitamento útil e efectivo dos terrenos consagrado na Lei de Terras, assegurando o uso oportuno e racional dos terrenos e otimizando a utilização dos solos.

IAOD do Deputado Wang Sai Man em 18.04.2024

Reestruturação do Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai-Macau para apoiar a diversificação adequada da economia de Macau

O comércio de importação e exportação baseia-se principalmente em transacções físicas e o espaço de expansão das actividades é limitado. Nos últimos anos, o sector do comércio electrónico transfronteiriço tem-se desenvolvido rapidamente em todo o mundo, especialmente na China, onde se formou uma enorme cadeia de fornecimento de produtos. Macau é um ponto de comércio livre e uma zona aduaneira autónoma, vantagens estas que devem ser desenvolvidas em conjunto com o Interior da China, explorando oportunidades comerciais de importação e exportação de mercadorias, que podem atrair a participação de muitas empresas e promover oportunidades de negócio para a exportação de produtos de alto valor fabricados em Macau, impulsionando assim o desenvolvimento de várias indústrias e a concentração de talentos.

A Zona de Cooperação Aprofundada está a elaborar as “Medidas de apoio para promover o desenvolvimento da indústria do comércio electrónico transfronteiriço de alta qualidade”, o que demonstra que a ligação com Macau, que é uma zona geográfica especial, é muito favorável à criação de um parque de demonstração do comércio electrónico transfronteiriço. Ontem, na sessão de perguntas e respostas aqui na Assembleia Legislativa, o Chefe do Executivo afirmou que o Governo ia apoiar o lançamento dum serviço “*one stop*”, para se criarem mais condições favoráveis para as empresas de Macau se dedicarem ao comércio electrónico transfronteiriço.

O “Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai-Macau”, criado em 2003, entrou em funcionamento há mais de 20 anos, e as respectivas indústrias necessitam urgentemente de reconversão e valorização. É possível aproveitar as oportunidades decorrentes das necessidades para transformar o referido Parque num “Parque Industrial de Comércio Electrónico Transfronteiriço a nível Nacional”, mantendo o papel original previsto, que é servir Macau. Mais, Macau deve reforçar a cooperação com os mercados do Interior da China e do mundo. Tudo isto contribui para introduzir novas “energias” para construir um sistema e modelo económico aberto e de alto nível entre Guangdong e Macau.

Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

1. Infra-estruturas complementares

O referido Parque contém instalações complementares, tais como, armazéns, serviços de logística, edifícios industriais, escritórios, etc., que oferecem excelentes condições para o comércio electrónico transfronteiriço. Sugere-se o bom aproveitamento destas instalações complementares para servir Macau e, ao mesmo tempo, trabalhar para o Parque conseguir responder às necessidades das novas indústrias, disponibilizar novos espaços de desenvolvimento às empresas industriais de “alto valor acrescentado”, e proporcionar, na rectaguada, serviços logísticos para a exploração do mercado do comércio electrónico.

2. Medidas complementares para facilitar a passagem das fronteiras

As empresas que se dedicam ao comércio electrónico transfronteiriço já têm alguma dimensão, então, proponho o lançamento de políticas facilitadoras de desalfandegamento para as exportações e importações (por exemplo, concentrar as exportações internacionais de correio expresso do comércio electrónico numa zona específica) e a construção duma base para o armazenamento das mercadorias do comércio electrónico transfronteiriço, para elevar a eficiência logística e contribuir para o desenvolvimento do comércio electrónico transfronteiriço.

3. Lançamento de diversas políticas de desenvolvimento que se complementem em benefício mútuo

Sugiro ao Governo que as referidas “medidas de apoio” sejam concretizadas de forma coordenada, para poderem complementar-se e desenvolver-se de forma diversificada entre a Zona Fronteiriça Industrial de Zhuhai-Macau e a Zona de Cooperação Aprofundada em Hengqin. Esta última serve, principalmente, para desenvolver as indústrias “1 + 4” de Macau, criando um novo motor de apoio ao desenvolvimento económico de Macau, enquanto a Zona Transfronteiriça é uma das zonas industriais planeadas em Macau, e no lado de Zhuhai, há condições para se transformar rapidamente num parque industrial de comércio electrónico transfronteiriço. A sinergia entre estes dois parques industriais pode criar uma cooperação inovadora entre a cadeia de fornecimento do Interior da China e os produtos fabricados em Macau, contribuindo em muito para promover a criação de uma cadeia de fornecimento e de um ambiente adaptado ao desenvolvimento do comércio electrónico transfronteiriço, trazendo uma nova vitalidade ao desenvolvimento diversificado da economia de Macau.

IAOD dos Deputados Iau Teng Pio, Wu Chou Kit, Kou Kam Fai e Cheung Kin Chung em 18.04.2024

Promover o desenvolvimento do ensino superior para explorar um novo modelo de produtividade com qualidade

Em Setembro do ano passado, o Presidente Xi Jinping apresentou, pela primeira vez, o conceito relevante de “novo modelo de produtividade com qualidade”, incluído no Relatório de Trabalho do Governo como o prioritário dos dez trabalhos para este ano. Isto mostra a importância dada pelo Governo Central e indica o rumo a seguir pela RAEM na concretização do desenvolvimento de alta qualidade. Conduzido pela inovação tecnológica, o “novo modelo de produtividade com qualidade” visa aditar um elemento tecnológico à produtividade e é um modelo avançado e caracterizado pela alta tecnologia, alta eficiência e alta qualidade, que afasta o modo de crescimento económico e o caminho do desenvolvimento da produtividade tradicionais, tendo como ponto de partida a “novidade”, como chave a “qualidade e como ponto de chegada a “produtividade”. Desenvolver um “novo modelo de produtividade com qualidade” tendo em conta a realidade local vai proporcionar um ambiente mais favorável ao desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau e abrir um novo e mais amplo espaço de desenvolvimento.

A criação de novas forças produtivas de qualidade, correspondentes à situação socioeconómica de Macau, é crucial para a economia diversificada e característica, e tem como objectivo injectar nova dinâmica no desenvolvimento de qualidade, criar novas vantagens competitivas e manter a sincronia com o desenvolvimento nacional. As Linhas Gerais do Desenvolvimento a Médio e Longo Prazo do Ensino Superior de Macau (2021 – 2030), publicadas em Dezembro de 2020, definem claramente a direcção e orientações para o desenvolvimento do ensino superior. O actual Governo tem promovido activamente o ensino superior, e conseguido resultados e progressos notórios, quanto à dimensão, nível de investigação científica e cooperação indústria-universidade-investigação. O *ranking* das instituições de ensino superior tem vindo a melhorar. Com os quatro laboratórios de referência do Estado e a estação nacional de observação e estudo científico de campo, Macau já possui uma boa base de inovação científica. O ensino superior deve contribuir para a criação de novas forças produtivas de qualidade, e promover a inovação industrial através da inovação científica. Assim, propomos o seguinte:

1. Utilizar o poder da educação para reforçar a formação de talentos. Com a entrada em vigor dos Regimes jurídicos da Universidade Politécnica de Macau e do Instituto de Formação Turística de Macau, o ensino superior de Macau tem vindo a deparar-se com novas oportunidades de desenvolvimento. O facto de o pessoal das instituições de ensino superior públicas ter deixado de fazer parte dos funcionários públicos permite uma maior flexibilidade por parte dessas instituições, ao nível da distribuição de recursos e contratação de quadros qualificados de acordo com as necessidades de desenvolvimento e a situação financeira. A existência de uma maior autonomia não só vai ajudar a melhorar a qualidade do ensino, como também otimizar ainda mais a distribuição dos recursos humanos, satisfazer as necessidades do ensino e da investigação, estimular a vitalidade da investigação académica e promover a transformação dos resultados de pesquisas científicas e

tecnológicas, fomentando assim o desenvolvimento global do ensino superior, formando talentos inovadores capazes de se adaptarem ao desenvolvimento da força produtiva de nova qualidade e contribuindo para o desenvolvimento económico de Macau.

2. Aprofundar a cooperação multilateral e promover o desenvolvimento da indústria, da academia e da investigação. Quando a educação, a ciência, a tecnologia e os recursos humanos funcionarem num círculo virtuoso, as novas forças produtivas com qualidade podem florescer. Sugere-se o aproveitamento pleno das vantagens globais das instituições de ensino superior nas áreas da ciência e tecnologia, recursos humanos e inovação. Deve-se também promover o desenvolvimento coordenado das indústrias e da cooperação inovadora, reforçar a integração profunda entre a indústria, a academia e a investigação e, ao mesmo tempo, apoiar o desenvolvimento das pequenas e médias empresas, fornecendo os recursos humanos e os serviços técnicos necessários. Por outro lado, deve-se aprofundar a cooperação e o intercâmbio de investigação científica na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, reforçar a cooperação entre as universidades, instituições de investigação e empresas de ciência e tecnologia das três regiões, e promover a transformação dos resultados de investigação e desenvolvimento, contribuindo para a formação de novas forças produtivas de qualidade.

O País posicionou a Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau como “o suporte estratégico para um novo padrão de desenvolvimento, e o local para demonstração do desenvolvimento de alta qualidade e liderança da modernização de características chinesas”. Enquanto membro da Grande Baía, Macau deve continuar o desenvolvimento das suas próprias vantagens, e esperamos que todos os sectores da sociedade possam trabalhar em conjunto para promover o desenvolvimento em Macau de novas forças produtivas com qualidade, aproveitando as vantagens únicas do “apoio da Pátria e da ligação ao mundo”, e criando inúmeras oportunidades para Macau.

IAOD da Deputada Lo Choi In em 18.04.2024

Melhorar o apoio financeiro aos atletas, aproveitar a plataforma entre a China e os Países de Língua Portuguesa para promover o desporto e concretizar a construção da cidade do desporto

No ano passado, o Governo apresentou a construção da cidade do espectáculo e do desporto, para reforçar o desenvolvimento dos elementos não jogo e atrair mais turistas internacionais. É animador saber que Macau vai ser palco de algumas modalidades populares dos Jogos Nacionais. Isto demonstra o apoio do País à diversificação económica, e a determinação do Governo na construção da cidade do desporto.

No entanto, para tirar bom proveito dos eventos desportivos de nível nacional, promover o desenvolvimento diversificado, e conseguir a respectiva transformação em benefícios económicos reais, não basta a actuação separada de alguns serviços públicos. O Governo deve definir políticas de longo prazo e nível superior, coordenar a colaboração interserviços, e apostar no *hardware* e no *software*. Assim, proponho o seguinte:

1. O financiamento atribuído às organizações desportivas é abundante, mas os recursos atribuídos aos atletas são bastante insuficientes. Os atletas de elite sacrificaram a sua juventude e alcançaram bons resultados em muitas competições, mas a maioria continua a viver com alguns milhares ou dez mil patacas, o valor mais baixo é de apenas mil patacas por mês por atleta. Já para não falar da protecção a longo prazo, ao nível da reforma e da mudança de emprego, portanto, é preciso avaliar, anualmente, o valor limitado dos subsídios. Alguns atletas de elite disseram-me que todos os meses têm de trabalhar a tempo parcial como distribuidores de *take-away* para subsistirem. Se Macau quer ser uma cidade do desporto, é muito importante que garanta o essencial para a subsistência dos nossos atletas de elite.

2. Promover um ambiente cultural de desporto para todos. A área per capita das instalações desportivas é insuficiente há muito tempo, e em zonas com alta densidade populacional, a procura é sempre maior do que a oferta, caso do Estádio Olímpico da Taipa e do Pavilhão Desportivo de Mong Há. Compreendo a limitação de terrenos e a dificuldade em construir mais instalações desportivas, por isso, solicito ao Governo que prolongue o horário de funcionamento destas instalações, para facilitar a vida à população, aproveite melhor os terrenos desocupados e os terraços dos edifícios de serviços públicos que reúnam condições para a utilização dos residentes como espaços desportivos provisórios ou de lazer.

3. Muitos países lusófonos são grandes potências desportivas, formam vários atletas famosos, e criaram enormes indústrias do desporto que dão muito lucro. Macau é uma plataforma importante para estes países e tem com estes uma profunda ligação, portanto, o Governo deve, tomando como referência a prática de Singapura e aproveitando as suas vantagens, tomar a iniciativa de convidar equipas, estrelas e associações de futebol de renome internacional para, por exemplo, organizar, em conjunto com os atletas ou grupos desportivos nacionais, espectáculos itinerantes, competições, estágios e intercâmbios, etc. Isto pode contribuir para promover o desenvolvimento do desporto local, atrair mais turistas,

prolongar a estadia destes e impulsionar o desenvolvimento diversificado da economia, desenvolvendo-se efectivamente o papel de ligação da plataforma sino-lusófona.

Nos últimos anos, o Estado tem promovido activamente o desenvolvimento integrado da “cultura, desporto, turismo, comércio e exposições”, e alguns países da Ásia estão a preparar a liberalização do jogo, por isso, é de prever um grande impacto e concorrência para o turismo de Macau. O desenvolvimento diversificado é um caminho indispensável e urgente, por isso, espero que o Governo acompanhe de perto o ritmo de desenvolvimento do País, tome medidas adequadas e promova activamente a diversificação das indústrias, para fazer face à concorrência mundial, procurando assim novas saídas para o futuro desenvolvimento económico de Macau.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 18.04.2024

As residências para idosos podem ajudar a melhorar o sistema de protecção na velhice

As residências para idosos, o primeiro plano piloto de Macau para melhoria do ambiente habitacional dos idosos, são mais do que uma das cinco classes de habitação, pois, no contexto do crescente agravamento do envelhecimento, as mesmas servem de exemplo e de projecto-piloto para a construção de um modelo diversificado de protecção na velhice e a concretização de políticas para os idosos, como “viver a velhice nas próprias zonas”, “protecção inteligente na velhice”, etc., portanto, a sua importância é notória e alvo de atenção. Há dias, o Governo anunciou que o número das fracções na primeira fase das residências para idosos ia aumentar para 1500, o que, basicamente, pode satisfazer a procura dos primeiros candidatos elegíveis. Aprecia-me constatar e afirmar que as autoridades tiveram em conta as opiniões da sociedade. O aumento das quotas para a primeira fase de candidaturas vai acelerar a melhoria do ambiente de vida destes idosos e aliviar os seus encargos financeiros.

Anteontem, na sessão de perguntas e respostas na Assembleia Legislativa, o Chefe do Executivo afirmou que ia analisar primeiro os dados dos pedidos sobre as restantes 300 e tal fracções, por exemplo, se os 750 idosos que vivem sozinhos e precisam de entrega de refeições pelas associações estão incluídos nesses pedidos, e se alguns deles não se candidatam por razões económicas ou receio de não se adaptarem à vida. Isto merece o meu reconhecimento. De facto, os idosos, enquanto grupo vulnerável, não têm rendimentos activos, por isso, são mais conservadores no consumo, e a sua maioria deseja uma vida quotidiana estável por razões de saúde ou hábitos. Assim sendo, o Governo e os sectores da sociedade devem compreender bem esta situação e proceder a um estudo profundo que sirva de base para o planeamento da próxima fase das residências para idosos.

Além disso, com o início da ocupação faseada das residências prevista para o 4.º trimestre deste ano, muitos requerentes estão preocupados com a divulgação do resultado final e com a ordenação e escolha das fracções, mas também com as instalações complementares, os serviços e as instalações de trânsito envolventes, esperam que estas lhes consigam proporcionar um ambiente de vida conveniente e de qualidade, aumentando assim a confiança da sociedade no alojamento nas residências para idosos.

Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

1. Acelerar o processo de apreciação e autorização para a rápida atribuição das fracções. Espera-se que os resultados sejam divulgados com a maior brevidade possível e que se organize o processo de escolha das habitações, para os idosos que vivem em edifícios degradados e com necessidades urgentes poderem ocupar as fracções o mais rapidamente possível, melhorando assim as suas condições de vida, que se promovam de forma contínua os trabalhos de candidatura às mais de 300 fracções da próxima fase, e se estude a forma de apoiar os idosos no pagamento das despesas quotidianas e de utilização, recorrendo às fracções dos edifícios antigos onde viviam.

2. Assegurar que as instalações complementares entrem em funcionamento ao mesmo tempo que a ocupação das residências para idosos. Os idosos vão ocupar as residências a partir do quarto trimestre deste ano, mas os serviços, as instalações complementares, e as ligações, entre outras instalações de transporte, ainda estão em construção, em remodelação ou por arrendar. Espero que os serviços competentes acompanhem o ritmo dos trabalhos e que tudo se conjugue, com vista a satisfazer as necessidades dos idosos.

3. Analisar como é a vida dos idosos e quais as suas necessidades de serviços. Após a ocupação do primeiro grupo de idosos, há que recolher as suas opiniões e prestar atenção à sua vida quotidiana, avaliando se há necessidade de aumentar mais instalações complementares e instalar unidades de serviços sociais, assegurar a coordenação com as instituições de serviço social para que estas prestem serviços extensivos ao exterior aos idosos que vivem nestas residências, e criar uma rede de cuidados, com vista a facilitar a vida aos idosos e proporcionar-lhes melhor qualidade de vida.

4. Sintetizar as experiências pioneiras para desenvolver planos. Há que conjugar os dados demográficos e as previsões com as experiências obtidas neste projecto-piloto, com vista a avaliar as necessidades futuras dos idosos e explorar novos modelos de serviços de apoio aos idosos, com vista a estarmos preparados para uma futura sociedade envelhecida e dispor de fundamentos para o futuro posicionamento das residências para idosos.

IAOD do Deputado Ma Io Fong em 18.04.2024

Optimizar os recursos educativos patrióticos, para garantir a continuação dos jovens patrióticos de geração em geração

Este é o ano dos 75 anos do estabelecimento da República Popular da China, dos 25 anos do estabelecimento da RAEM e dos 10 anos do “Conhecimento Geral sobre o Conceito de Segurança Nacional”. Perante desafios complexos e variáveis de segurança externa, o Governo de Macau, enquanto modelo de implementação bem-sucedida do princípio “um País, dois sistemas” e janela importante para o intercâmbio com o exterior, para além de assegurar que os valores nucleares tradicionais do amor pela Pátria e por Macau sejam transmitidos de geração em geração, necessita também de garantir que os jovens assumam a responsabilidade de salvaguardar a segurança nacional e que, com a cooperação de todos os sectores, construam, em conjunto, uma barreira de segurança para um país poderoso e o rejuvenescimento nacional.

Em particular, a “Lei da educação patriótica da República Popular da China” entra em vigor no corrente ano, e o “Quadro da organização curricular” e as “Exigências das competências académicas básicas” do ensino não superior também introduziram, nas suas revisões, a educação patriótica, para estabelecer uma base para a elevação da qualidade dos conteúdos curriculares. Como é que as aulas de educação patriótica podem ser realizadas de forma mais clara, expressa, abrangente e dinâmica, e transmitir aos alunos a responsabilidade e o compromisso de serem filhos chineses é uma importante chave para a educação dos jovens sobre a segurança nacional.

Assim sendo, sugiro o seguinte:

1. O “quadro da organização curricular” e as “exigências das competências académicas básicas” revistos vão ser implementados no novo ano lectivo, e o Governo também vai lançar materiais complementares sobre a educação da segurança nacional, abrangendo todas as fases, desde o ensino infantil até ao universitário, o que merece o nosso reconhecimento. Sugere-se que, ao lançar estes materiais, o Governo dê atenção à formação da equipa educativa, continue a rever e a acolher as opiniões do pessoal docente, proporcione os respectivos recursos educativos e cursos de formação profissional, e promova a troca de experiências entre os sectores dos dois locais, para discutirem a cooperação no âmbito da educação patriótica e da educação sobre a segurança nacional. Tudo isto contribuirá para os docentes conhecerem e dominarem melhor os elementos essenciais do ensino e, assim, transmitir plenamente aos alunos o conteúdo e o espírito da educação patriótica.

2. A *internet* é um meio importante para os jovens acederem a informações. Sugere-se aproveitar as tecnologias dos novos meios de comunicação, para explorar as formas mais utilizadas pelos jovens e de mais fácil acesso por estes; integrar os actuais *websites* temáticos “Exposição de Educação sobre a Segurança Nacional” e “Segurança e Tu” da Secretaria para a Segurança, para construir uma plataforma de informações integradas sobre a educação do patriotismo e da segurança nacional, para publicar, de forma uniformizada,

informações diversificadas, como textos, vídeos noticiosos, publicidade multimédia e exemplos partilhados, e produzir materiais de divulgação e educação acessíveis, compreensíveis e fáceis de memorizar, para os jovens poderem aprender, paulatinamente, a importância da educação patriótica e da defesa da segurança nacional.

3. Propõe-se que se maximizem as funções e o papel da Base da Educação do Amor pela Pátria e por Macau, e se crie um local fixo para exposições, para que os residentes possam visitá-lo a qualquer momento. Além disso, para além do “Dia da Educação da Segurança Nacional” e das actividades de exposições escolares, deve otimizar-se e aumentar as instalações complementares da educação patriótica de Macau, bem como, através dos diversos locais de prestação de serviços dos órgãos públicos, realizar, de forma regular e ampla, actividades temáticas diversificadas e com conteúdos ricos. Ao mesmo tempo, espero que o Governo reforce o apoio às associações e instituições educativas de Macau na realização de actividades de educação patriótica, permitindo que a educação patriótica e a educação sobre a segurança nacional entrem na comunidade e na vida quotidiana dos residentes.

IAOD do Deputado Leong Sun Iok em 18.04.2024

Promover a realização de mais actividades culturais e desportivas populares sino-lusófonas em Macau

Ao longo dos anos, o País e Portugal têm mantido relações amistosas nas áreas económica, cultural e social. Este é o ano do 45.º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre a China e Portugal e, na reunião ordinária do Fórum de Macau que decorreu há dias, foi assinado um plano de acção para a cooperação económica e comercial, proporcionando orientações para as actividades económicas, comerciais e de intercâmbio humanístico e cultural entre a China e os Países de Língua Portuguesa a realizar nos próximos três anos. Espero que o Governo, com base nisto, promova a realização, em Macau, de mais eventos desportivos e artísticos populares, ou dos Países de Língua Portuguesa, reforçando o papel de Macau como plataforma entre a China e os Países de Língua Portuguesa, fomentando o intercâmbio entre a China, os Países de Língua Portuguesa e Macau, tornando estes eventos num brilhante “cartão-de-visita” de Macau.

A amizade entre a China e Portugal tem uma longa história. Na imprensa portuguesa, foi publicado um artigo do Presidente Xi Jinping, no qual referiu como o intercâmbio entre os povos tem influenciado os costumes dos dois países, por exemplo, as características da porcelana e as técnicas de tecelagem da China influenciaram a cultura portuguesa, e os treinadores e jogadores portugueses de futebol introduziram as suas técnicas no futebol chinês. Há inúmeros exemplos de intercâmbio entre os povos e, Macau, como membro da construção da plataforma entre a China e os Países de Língua Portuguesa, pode ser um mensageiro para a transmissão da amizade entre a China e os Países de Língua Portuguesa, aprofundando o intercâmbio humanístico e cultural.

2024 é um ano importante para Macau, em que se celebram o 75.º aniversário da fundação da Nova China e o 25.º aniversário do retorno de Macau à Pátria, mas é também o ano da concretização dos objectivos da primeira fase de desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada. No Relatório das LAG para este ano, refere-se a transformação de Macau numa “Cidade de Desporto” e numa “Cidade de Espectáculos” e, sendo um local de intercâmbio cultural entre o Oriente e o Ocidente, sugere-se que se aproveite esta oportunidade para reforçar a cooperação com o País e os Países de Língua Portuguesa, para que alguns dos seus eventos culturais e desportivos possam ser realizados em Macau ou na Zona de Cooperação Aprofundada, interligar os recursos culturais e turísticos de Hengqin, Macau e do exterior, e efectuar a combinação dos eventos com o turismo para surtir os respectivos efeitos sinérgicos. Acredita-se que isto poderá aumentar o grau de exposição de Macau no Interior da China e a nível internacional, e elevar a imagem de Macau, contribuindo para a optimização da estrutura das fontes de turistas.

No ano passado, o Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau) organizou em Macau a “Semana Cultural da China e dos Países de Língua Portuguesa”, com a duração de 5 dias consecutivos, e convidou grupos artísticos da China e dos Países de Língua Portuguesa para se deslocarem a Macau e realizarem espectáculos de música e dança, com ainda exposição

(Tradução)

e venda dos seus produtos e de Macau, bem acolhidas, aprofundando as funções de Macau como centro de intercâmbio cultural entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Espero que, no futuro, o Governo alargue o grau e o âmbito da cooperação, tomando a iniciativa de organizar actividades cívicas de intercâmbio entre a China e os Países de Língua Portuguesa, nomeadamente, nas áreas de economia, espectáculos e exposições, e desporto, incentivando mais associações cívicas, empresas e instituições de ensino superior a participarem e a realizarem visitas recíprocas, a fim de estabelecer uma base para o desenvolvimento das relações bilaterais a longo prazo.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 18.04.2024

Incentivar a participação da população e preparar bem os Jogos Nacionais

Há dias, na reunião da Comissão Organizadora dos Jogos Nacionais, o Chefe do Executivo afirmou que começou a nova fase da preparação dos Jogos Nacionais, e que ia, com toda a dedicação, colaborar com a comissão, para garantir o bom andamento dos preparativos. Os diversos sectores da sociedade estão atentos aos benefícios sociais que os Jogos Nacionais vão acarretar.

Os Jogos Nacionais são o maior evento desportivo do País, e o Conselho de Estado autorizou a participação de Macau na sua organização. Trata-se de uma oportunidade única para o desenvolvimento do desporto e para a implementação da estratégia de diversificação adequada “1 + 4”. Os trabalhos preparatórios dependem da coordenação de todas as vertentes, nomeadamente a organização dos voluntários, a preparação das instalações, o transporte, e a venda de bilhetes. Os eventos desportivos só são bem organizados quando conseguem despertar o entusiasmo da população em contribuir para a organização, através da participação e apoio. O Instituto do Desporto concluiu, antes do previsto, o recrutamento de dez mil voluntários, e acreditamos que estes vão ser uma componente importante para o sucesso do evento.

Entre as competições a organizar em Macau, as de ténis de mesa, basquetebol e voleibol são as mais populares entre os residentes, e Macau também tem condições e experiência para as organizar. Assim, proponho às autoridades que melhorem a venda de bilhetes e planeiem adequadamente a distribuição de bilhetes, tendo em conta os preços e os canais de venda, bem como quotas para os residentes. Ao mesmo tempo que se garantem os benefícios económicos dos Jogos, há que permitir também que mais pessoas participem e partilhem da alegria e da glória dos eventos desportivos.

Os Jogos Nacionais constituem uma plataforma importante para demonstrar a força da China e para promover o intercâmbio e a cooperação desportiva em todo o país. Espero que as autoridades aproveitem este grande evento para desenvolver ainda mais a indústria desportiva local, promover a divulgação da cultura desportiva e os intercâmbios e, ao mesmo tempo, incentivar mais residentes a praticar desporto, de modo a dar um novo impulso à promoção da saúde e do desporto para todos e ajudar Macau a construir uma “Cidade do Desporto”.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 18.04.2024

Reforçar a gestão e a consciência de segurança para garantir a saúde ocupacional

Na 110.ª Conferência Internacional do Trabalho, em Junho de 2022, as condições de segurança e saúde no trabalho foram incluídas no Quadro dos princípios e direitos fundamentais do trabalho, em conjunto com a liberdade de associação, o reconhecimento do direito à negociação colectiva, a eliminação de todas as formas de trabalho forçado, a abolição do trabalho infantil e a eliminação da discriminação em matéria de emprego e profissão; e foram também incluídas na lista das convenções internacionais relevantes a “Convenção sobre a Segurança e Saúde Ocupacional” e a “Convenção Quadro para a Promoção da Segurança e Saúde Ocupacional”. Tudo isto demonstra que o reforço da segurança e da saúde no trabalho é já fortemente consensual a nível internacional.

O dia 28 de Abril é o Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho e o tema para este ano é o impacto das alterações climáticas na segurança e saúde ocupacional. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), as constantes mudanças do clima, como o sobreaquecimento, a poluição do ar e as condições climáticas extremas, têm impacto notório no mundo do trabalho, nomeadamente, na segurança e saúde dos trabalhadores, e agravam os riscos profissionais.

O Governo definiu a Orientação de trabalho em situações de tufão e incidentes súbitos de natureza pública, para garantir a segurança dos trabalhadores e o funcionamento das empresas. Com o aquecimento global, são frequentes as condições climáticas extremas, portanto, o Governo deve também regular, quanto antes, o trabalho em situações de chuvas torrenciais e altas temperaturas. Sugere-se, então, a revisão oportuna dos resultados da referida Orientação, para se incluírem as chuvas torrenciais e as altas temperaturas, entre outras condições climáticas extremas, salvaguardando-se melhor a segurança e a saúde física e psicológica dos trabalhadores dos diversos sectores.

A construção civil é um sector com alta taxa de ocorrência de acidentes de trabalho graves. O Governo, com a Lei da segurança e saúde ocupacional na construção civil, reforçou os direitos e deveres das partes e as inspecções e acções de divulgação, a fim de melhorar a situação, no entanto, a referida Lei entrou em vigor no dia 1 de Novembro do ano passado, mas continuam a registar-se vários acidentes de trabalho graves. Isto demonstra que, para além de se aperfeiçoar a lei, é necessário reforçar a gestão da segurança nos estaleiros e aumentar a consciência das partes sobre a responsabilidade e segurança. A situação dos acidentes de trabalho noutros sectores também merece a nossa atenção, assim, espera-se que o Governo aperfeiçoe os diplomas sobre a segurança e saúde ocupacional de outros sectores e promova a melhoria da situação geral da segurança e saúde ocupacional. Como o Governo está a impulsionar o desenvolvimento da diversificação adequada da economia "1 + 4", é necessário reforçar a previsão, a avaliação técnica, o estudo e a análise sobre os potenciais riscos para a segurança e saúde ocupacional nas novas indústrias, a fim de os identificar e tomar medidas preventivas eficazes.

A segurança e a saúde ocupacional são aspectos nucleares do trabalho, portanto, espero que o Governo continue a aperfeiçoar os diplomas no âmbito da segurança e saúde ocupacional, reforce as respectivas garantias legais dos trabalhadores, intensifique as inspecções e as acções de divulgação, promova o reforço da gestão do local de trabalho pelos empregadores e aumente a consciência dos trabalhadores sobre a segurança e saúde ocupacional, para, através da colaboração entre trabalhadores, empregadores e Governo, ser possível cultivar conjuntamente uma cultura de segurança e prevenir e criar um sistema de autogestão da segurança e saúde ocupacional, evitando a ocorrência de acidentes de trabalho.

IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 18.04.2024

Implementar a candidatura permanente à habitação económica e rever os preços fixados em 2019

Segundo as LAG para 2024 da área dos transportes e obras públicas, vão ter sucessivamente início as obras de construção de habitação económica em 13 lotes na Zona A, que implicam as candidaturas de 2019, 2021 e 2023; no primeiro semestre deste ano, vai ser concluído o estudo sobre a implementação dos projectos de habitação económica para 5 lotes reservados, seguindo-se os respectivos concursos para obras. Segundo este plano, a oferta de habitação económica deve conseguir satisfazer as necessidades sociais, criando condições favoráveis à implementação da candidatura permanente à habitação económica.

Mas segundo afirmações recentes do Governo, este não tem intenção, a curto prazo, de rever a Lei da habitação económica nem de lançar a candidatura permanente, e os 5 projectos de construção de habitação económica, previstos para este ano, já foram suspensos, por aquele entender que, de acordo com o número de candidaturas apresentadas em 2023, não há essa necessidade. Estas decisão e resposta deixaram alguns residentes desapontados e sem alternativas.

De facto, o número de candidaturas de 2023 é bastante diferente do dos anos anteriores, mas isto deve-se a várias razões. Concluir que não há procura apenas com base nos dados do último concurso e suspender a construção de habitação económica não é a forma correcta de responder eficazmente às necessidades habitacionais, é sim demonstrar que o Governo não tem planos de longo prazo para a política de habitação, nem conhece as reais necessidades da sociedade. Deixar de abrir concurso e considerar que não há procura é, de facto, uma atitude de governação passiva. Na minha opinião, o Governo deve implementar um mecanismo permanente de candidatura à habitação económica, para as autoridades terem condições para dominar as necessidades reais.

O Governo divulgou, recentemente, as informações sobre os projectos de habitação económica referentes ao concurso de 2019, com um total de 3017 fracções, cuja conclusão está prevista para o segundo semestre deste ano e cuja atribuição para o próximo ano. Os candidatos tiveram, finalmente, novidades sobre a aquisição de habitação, um momento do qual estavam à espera há muito tempo, mas, após a divulgação dos preços, recebi várias dúvidas dos candidatos, apontando que o aumento significativo dos preços agrava a pressão das pessoas com baixos rendimentos, e as leva a duvidar do objectivo da política de “construção de habitação económica para apoiar os residentes da RAEM, com determinados níveis de rendimento e património”.

É de salientar que, nos termos da Lei n.º 10/2011 - Lei da habitação económica (isto é, a antiga lei da habitação económica), alterada pela Lei n.º 11/2015, o preço da habitação económica tinha em conta a capacidade de aquisição dos compradores, o local do edifício, o ano de construção, a orientação das fracções, e a área e a tipologia, entre outros factores, e os diversos projectos de habitação económica lançados pelo Governo respeitavam todos estes factores. Neste momento, os rendimentos dos residentes não tiveram qualquer aumento,

contudo, o preço das fracções aumentou significativamente, mais de 72%. Mais, o Governo nunca divulgou os critérios de cálculo dos preços, por isso, a sociedade suspeita que este não tenha tido seriamente em conta a real situação da sociedade nem o poder de compra dos residentes, o que contraria os princípios “ter por base a população” e “governação científica”. Isto merece uma reponderação por parte do Governo.

Assim sendo, apresento as seguintes três opiniões e sugestões:

1. O planeamento da política habitacional deve ser de longo prazo, ter em conta as necessidades de habitação dos diversos grupos sociais, e dados e análises científicas. Se os serviços competentes continuarem numa atitude passiva “resolvendo os problemas apenas quando os encontram”, vai haver divergências entre a política de habitação e o desenvolvimento social. Assim, proponho ao Governo que, tendo em conta os dados do último concurso à habitação económica, proceda a uma análise profunda e avalie as respectivas necessidades decorrentes das mudanças sociais entretanto ocorridas. Ao mesmo tempo, há que concretizar, quanto antes, o mecanismo permanente de candidatura à habitação económica, para o Governo poder dominar, com precisão, os respectivos dados, para as futuras habitações económicas a construir poderem satisfazer as necessidades sociais, quer em termos de tipologia quer em termos de quantidade, e o erário público seja utilizado de forma adequada.

2. Em 2023, foram disponibilizadas 5415 habitações económicas, foram recebidas 6562 candidaturas, das quais 5474 com todos os documentos necessários, e registaram-se 2557 candidaturas individuais, ou seja, metade. Mais, segundo os planos, vão ser disponibilizados 1657 T1, portanto, fazendo os cálculos com base na oferta, vão ser afastados cerca de 900 candidatos. Sugiro ao Governo que, no processo de candidatura, após a conclusão da entrega dos documentos em falta, aprecie e analise rapidamente as candidaturas, para saber quantos candidatos não vão conseguir ter casa e reactivar, consoante as necessidades, os cinco projectos de construção de habitações económicas. Sugiro ainda que divulgue, quanto antes, os planos da habitação intermédia, para dissipar as preocupações dos residentes e estes poderem preparar bem as suas vidas de acordo com a sua situação real.

3. Em 2019, o preço das habitações económicas aumentou significativamente, aumentando assim a pressão de alguns candidatos com baixos rendimentos, que até perderam a esperança de conseguir uma habitação. Solicito ao Governo que reveja os preços das habitações económicas do ano de 2019, faça uma análise, com base em diversos factores, e esclareça os critérios de fixação do preço por pé quadrado, com vista a aumentar a transparência das acções governativas e a eliminar as preocupações do público, tudo para evitar a violação da intenção original da política de habitação, ou seja, “resolver os problemas habitacionais dos residentes com determinados níveis de rendimento”.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 18.04.2024

Optimizar o ambiente de desenvolvimento das tecnologias de ponta e potencializar o desenvolvimento de alta qualidade das indústrias

As tecnologias de ponta são cruciais para o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau “1+4”, e com o forte apoio do Estado, os quatro laboratórios de referência do Estado conseguiram resultados significativos, estão a ser instaladas na Zona de Cooperação Aprofundada incubadoras nacionais e provinciais de empresas de ciência e tecnologia, estão numa fase de crescimento plataformas de inovação científica e tecnológica, indústrias de circuitos integrados e de biomedicina, e além disso, Macau tem um grupo de empresas de inovação científica com muitos anos de experiência, capacidade e potencialidade. Tudo isto serve de base para o desenvolvimento de alta qualidade das indústrias de tecnologia de ponta.

No entanto, o desenvolvimento destas tecnologias concentra-se essencialmente na dianteira da cadeia industrial, e a investigação científica depende essencialmente dos recursos do Governo, por isso, Macau deve formar um ecossistema de inovação científica e envidar esforços no investimento financeiro e nos quadros qualificados.

Quanto ao investimento financeiro, as empresas de tecnologia locais são pequenas e a capacidade de financiamento é fraca, por isso, é necessário lançar políticas de apoio em torno do pré-financiamento e da transformação de cenários de aplicação posterior, a fim de as apoiar a alcançar o desenvolvimento “zero para um”, e transformar os resultados em produtividade real e, por outro lado, aproveitar as vantagens da abertura de Macau ao exterior, desempenhar o papel de plataforma de cooperação entre Macau e Hengqin, ligando os países de língua portuguesa e atraindo as instituições de investimento do Interior da China e do exterior a estabelecerem-se em Macau, e injectando uma nova dinâmica na indústria tecnológica local.

Quanto aos quadros qualificados, podemos verificar que, actualmente, os de Macau não conseguem satisfazer as necessidades do sector da ciência e tecnologia, portanto, as vantagens a montante dos estudos são fracas. Por isso, o Governo deve dominar, de forma científica, a procura de talentos, e planear, de forma razoável, a distribuição de tarefas entre as instituições de ensino superior, com vista a reforçar a formação de talentos locais. Ao mesmo tempo, também é preciso considerar quais os talentos que devem ser importados e quais as medidas para atrair mais talentos qualificados de alto nível, a fim de promover o desenvolvimento de alta qualidade das indústrias de alta e nova tecnologia.

Assim, apresento as seguintes opiniões:

1. Tendo em conta a pequena dimensão e a fraca capacidade de financiamento das empresas de ciência e tecnologia locais, sugere-se que se estude a possibilidade de apoiar as empresas aprovadas no “Programa de Certificação de Empresas Tecnológicas”, reforçando a diversificação dos empréstimos das instituições financeiras às empresas de inovação

tecnológica, e através da concessão de empréstimos a curto prazo e com baixas taxas de juro, resolver o problema do fluxo de caixa das empresas e as necessidades de aquisição de materiais na fase inicial, quando as empresas recebem as encomendas. O Governo deve assumir a liderança, criando condições para as empresas poderem transformar os seus resultados e cenários de aplicação na fase final, concretizando a produtividade.

2. Enquanto “Centro de Intercâmbio e Cooperação de Ciência e Tecnologia entre a China e os Países de Língua Portuguesa”, Macau pode maximizar ainda mais o seu papel, introduzindo, especialmente por ocasião dos 45 anos do estabelecimento das relações diplomáticas entre a China e Portugal e dos 25 anos do Retorno de Macau à Pátria, fundos nacionais e estrangeiros de empreendedorismo e investimento em inovação científica e tecnológica a sediarem-se em Macau e em Hengqin, maximizando as vantagens da internacionalização e profissionalização do sector das convenções e exposições de Macau, para criar uma ecosfera de empreendedorismo e investimento de alta tecnologia, atrair empresas tecnológicas emergentes a instalarem-se em Macau e impulsionar a participação das respectivas empresas locais.

3. Os talentos são importantes para o desenvolvimento das indústrias. Além de introduzir estudantes não locais do ensino superior para satisfazer as necessidades decorrentes do desenvolvimento da indústria “1 + 4”, o Governo deve proceder a estudos e análises científicas e dominar a situação dinâmica da procura de talentos nesta indústria, de modo a obter dados precisos e eficazes e definir medidas de apoio específicas para a introdução e formação de talentos. Deve ainda otimizar a política de reconhecimento mútuo do Programa de certificação de empresas tecnológicas de Macau com o Interior da China, para facilitar a participação e a colaboração dos talentos locais.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 18.04.2024

A 15.^a edição dos Jogos Nacionais será realizada em Novembro do próximo ano e Macau irá assumir a organização das suas cinco provas (Jogos Nacionais) e dos Jogos Paralímpicos. A recente criação da Comissão Organizadora dos Jogos Nacionais marca o início de uma nova fase dos trabalhos preparatórios. Macau, enquanto uma das cidades anfitriãs, para além de se empenhar em participar e colaborar com a Comissão Organizadora, para assegurar a realização sem sobressaltos das competições, deve ainda reforçar a cooperação com as empresas, associações e instituições locais, liderando os sectores do turismo, das indústrias culturais e criativas, das convenções e exposições, etc., criando mecanismos de comunicação e articulação regulares, para que as indústrias relevantes possam começar a participar na fase preparatória das competições, planeando antecipadamente os trabalhos preliminares, a fim de desenvolver plenamente o valor abrangente trazido pelos Jogos Nacionais em Macau, transformando os eventos desportivos em força motriz para a promoção do desenvolvimento da diversificação económica.

Os Jogos Nacionais são o primeiro evento desportivo nacional de grande escala em que se conta com a participação e organização de Macau, o que se reveste de grande significado para o seu desenvolvimento socioeconómico. Com a aproximação dos referidos Jogos, Macau terá uma excelente oportunidade para demonstrar a sua capacidade nas áreas de desporto, turismo e indústrias culturais e criativas, e elevar a sua imagem e reputação internacional, o que impulsiona o desenvolvimento das indústrias relacionadas e promove a integração rápida de Macau no desenvolvimento conjunto da Grande Baía. Espera-se que o Governo divulgue, ordenadamente, as acções subsequentes, aproveitando esta oportunidade para aprofundar, continuamente, o desporto e as indústrias relacionadas, e promover a integração profunda transectorial do “Desporto + Turismo”, “Desporto + Criatividade Cultural” e “Desporto + Convenções e Exposições”. Acredita-se que Macau poderá, com certeza, entrar numa nova fase de desenvolvimento.

Nos Jogos Asiáticos de Hangzhou, realizados com sucesso no ano passado, enfatizaram-se, em grande medida, os sentimentos e intercâmbios culturais, e instituições de museus locais lançaram várias exposições para criar uma atmosfera de intercâmbio cultural, promovendo o desenvolvimento do turismo cultural. Macau pode aprender com as experiências bem-sucedidas dos Jogos Asiáticos de Hangzhou, definindo planos detalhados para promover as actividades de turismo cultural, enriquecer o conteúdo das competições e elevar a experiência dos turistas, atraindo assim mais turistas nacionais e estrangeiros. Pode ainda aproveitar os meios de comunicação digitais e as plataformas de redes sociais para realizar antecipadamente a divulgação *online* dos Jogos Nacionais, para aumentar a atenção e participação do mundo. Mais, os Jogos Nacionais terão lugar em Macau em Novembro do próximo ano, ou seja, se calhar no mesmo período do Grande Prémio, o que é um desafio e uma oportunidade rara para Macau, por isso, o Governo deve fazer bem os trabalhos preparatórios, nomeadamente, no âmbito da gestão do trânsito e da segurança, e criar um mecanismo de coordenação interdepartamental, para assegurar a realização com sucesso dos dois eventos e promover o desenvolvimento socioeconómico de Macau.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 18.04.2024

Avançar com a construção de universidades de primeira classe e a criação de disciplinas de primeira classe em Macau

O Governo concluiu a elaboração das “Linhas Gerais do Desenvolvimento a Médio e Longo Prazo do Ensino Superior de Macau (2021-2030)”, que foram oficialmente publicadas no final de 2020, as quais definem claramente três objectivos gerais e oito rumos de desenvolvimento. Já passou um quarto do tempo, e a formação de talentos não pode sofrer atrasos, pois devido ao impacto dos três anos de epidemia, é necessário proceder, atempadamente, a uma avaliação, acelerar o ritmo e impulsionar a construção de universidades de primeira classe e a criação de disciplinas de primeira classe em Macau, formar mais talentos altamente qualificados com amor à Pátria e a Macau, e apoiar a promoção do desenvolvimento das indústrias diversificadas “1+4” e da integração activa no desenvolvimento nacional.

Gostaria, então, de apresentar as seguintes sugestões:

1. Aumentar o investimento no ensino superior e no desenvolvimento da ciência e tecnologia, continuar a melhorar o sistema de formação de talentos, introduzir e formar mestres e líderes académicos, fortalecer a equipa de talentos nas áreas da investigação científica nas universidades de Macau e, assim, promover a criação de disciplinas excepcionais e especializadas, e empregar esforços na construção de universidades de classe mundial com características de Macau e que ofereçam disciplinas excepcionais.

2. Aperfeiçoar a inovação tecnológica nas instituições de ensino superior, desenvolver as vantagens dos quatro laboratórios de referência do Estado, definir políticas e orientações para a formação de quadros qualificados nas respectivas áreas, estimular o dinamismo na inovação, promover a inovação científica e tecnológica e a transformação dos resultados das instituições de ensino superior, promovendo o desenvolvimento diversificado das indústrias “1 + 4” através da inovação tecnológica.

3. Aperfeiçoar a integração aprofundada entre a indústria, a academia e a investigação, que, para além da garantia de recursos financeiros, exige a colaboração na organização de mais cursos em articulação com o desenvolvimento das indústrias, bem como o reforço contínuo dos prémios de transferência dos resultados das instituições de ensino superior, incentivando, de forma prospectiva, a transformação dos projectos de ciência e tecnologia, para os resultados da investigação científica se aproximarem mais da procura do mercado, a fim de facilitar a procura de fundos, recursos, modelos de negócio e canais de promoção adequados, acelerando o desenvolvimento da indústria, da academia e da investigação, e percorrendo um caminho para a industrialização dos resultados da investigação científica.

4. Promover a mercantilização do ensino superior, aproveitar bem as actuais condições de ensino e reforçar a divulgação no exterior, para atrair mais alunos excelentes a frequentarem as instituições de ensino superior de Macau; alargar, ainda mais, a proporção de estudantes internacionais, promover e incentivar as instituições de ensino superior

públicas a reforçarem o recrutamento de estudantes de mestrado e de doutoramento nas áreas das principais disciplinas e interdisciplinares, para impulsionar o desenvolvimento da cadeia das indústrias inerentes e do sector terciário, contribuindo para a diversificação adequada da economia de Macau.

5. Devido à escassez de terrenos, as instituições de ensino superior enfrentam falta de espaço para desenvolvimento dos seus campus, portanto, o Governo deve continuar a coordenar e a estudar, com os serviços competentes do Interior da China, a viabilidade de as instituições de ensino superior de Macau funcionarem independentemente na Grande Baía, para alargar o espaço de ensino, e deve aproveitar bem a Zona de Cooperação Aprofundada, para a construção de instituições educativas, apoiando o seu desenvolvimento em Hengqin. Deve ainda reforçar a cooperação com outras instituições de ensino superior e instituições de investigação científica da Grande Baía, para explorar novos modelos de partilha de recursos e de formação conjunta de talentos, formando, em conjunto, uma equipa de quadros qualificados e promovendo o desenvolvimento das quatro principais indústrias.

IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 18.04.2024

Construir bem a barreira de segurança cibernética

O passado dia 15 de Abril foi Dia da Educação da Segurança Nacional, com o tema “Perspectiva Geral da Segurança Nacional, uma década guiada pela inovação”, do qual a cibersegurança foi parte importante. Segundo salientou o Presidente Xi Jinping, “a cibersegurança e a informatização são ambas importantes” e, em 2023, no “Plano Geral para a Construção Digital da China”, enfatizou-se a construção de uma barreira de segurança digital fiável e controlável. Para acelerar a construção digital da China, é preciso manter a cibersegurança. Com o melhoramento contínuo do sistema de cibersegurança do Estado e a promulgação da Lei da cibersegurança e da Lei da segurança de dados da República Popular da China, pode-se ver que a cibersegurança é uma base importante da referida construção digital. A construção de uma potência cibernética é o núcleo estratégico do País, e a modernização do sistema jurídico da cibersegurança não só é o único caminho para salvaguardar a soberania cibernética do Estado e a segurança da defesa nacional, como também uma medida para proteger os legítimos direitos e interesses do povo e o desenvolvimento da economia *online*.

Para fazer face aos crimes e ataques cibernéticos cada vez mais violentos, Macau elaborou a Lei da cibersegurança em articulação com a tendência do desenvolvimento social. A execução da lei e as respectivas estratégias precisam de ser desenvolvidas no âmbito da prevenção, revisão e resposta à cibersegurança, para reforçar continuamente a capacidade geral de protecção da cibersegurança em Macau. Só assim é que será possível prevenir eficazmente os riscos e elevar o nível da cibersegurança, criando um ambiente cibernético aberto e seguro para a salvaguarda conjunta da segurança nacional.

Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Estabelecer leis e regulamentos completos é a base para garantir a segurança cibernética. Macau tem uma Lei da cibersegurança que estabelece a regulamentação da respectiva segurança, mas as tecnologias desenvolvem-se rapidamente no mundo cibernético, por exemplo, as tecnologias de *deepfake* e a inteligência artificial, por isso, o Governo deve prestar atenção à situação e criar, quanto antes, mecanismos de fiscalização completos e eficazes, e reforçar a fiscalização e a execução da lei da cibersegurança, a fim de assegurar o desenvolvimento ordenado da cibersegurança em Macau.

2. Macau deve reforçar a cooperação com as instituições de segurança nacional da China para combater, em conjunto, a criminalidade informática transfronteiriça, nomeadamente, criar um mecanismo completo de partilha de informações, e reforçar a troca de informações e a cooperação no âmbito da cibersegurança, enfrentando em conjunto os desafios da cibersegurança e salvaguardando a segurança nacional e a estabilidade social.

3. Estudar a criação de um mecanismo de formação de talentos na área da cibersegurança, incluindo as disciplinas respectivas nas universidades, escolas secundárias

e até primárias, elevando assim o nível profissional e assegurando que Macau possui o nível técnico adequado para responder às ameaças de cibersegurança.

4. Actualizar as tecnologias de segurança cibernética e os equipamentos, incluindo a criação de uma estrutura de rede segura, tecnologias de encriptação e *firewalls*, para evitar o acesso não autorizado e a fuga de dados, com vista à plena protecção da cibersegurança

5. Elevar a consciência pública sobre a segurança cibernética também é uma prioridade. As autoridades podem realizar várias palestras e actividades de sensibilização sobre a segurança cibernética para o público, no sentido de elevar o alerta sobre os riscos de cibersegurança, nomeadamente, a protecção das informações pessoais e da segurança de dados, e ainda actualizar periodicamente a gestão e o controlo da segurança interna, a fim de prevenir fugas de dados pessoais e evitar que os direitos e interesses dos utilizadores da rede pública sejam prejudicados.

IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 18.04.2024

Reforçar o apoio às famílias de casais trabalhadores

Nos últimos anos, o Governo tem seguido o princípio de “dar prioridade à prevenção e importância à educação”, e aumentado o aconselhamento aos alunos, para reforçar o apoio ao seu bem-estar mental e físico. Assim, o aconselhamento itinerante alcançou resultados notórios, na prestação de orientação e apoio ao acompanhamento por parte das instituições. Além da educação escolar, a educação familiar é importante para o crescimento dos filhos. Hoje, as famílias de casais trabalhadores são cada vez mais comuns e, em Macau, as principais profissões são relacionadas com o jogo, a hotelaria, a restauração, e o comércio por grosso e a retalho, em que se trabalha por turnos. Assim, o tempo para estar com os filhos é cada vez mais curto, e a qualidade da companhia também piorou. Mais, com o rápido desenvolvimento da Internet, aparecem sempre novas situações e problemas na educação familiar, as famílias de casais trabalhadores não conseguem actualizar os conhecimentos e a metodologia de educação, e estão preocupadas com o desenvolvimento físico e psicológico dos filhos.

Assim, proponho o seguinte:

1. Para melhor apoiar as famílias em que ambos os pais trabalham, proponho que o Governo avalie, continuamente, a eficácia das medidas de aconselhamento aos estudantes e de educação parental, coopere com as escolas e as associações civis para prestar apoio adequado e personalizado às famílias que precisam, e melhore o *website* existente sobre educação parental, alargando o leque de métodos e estudos de casos sobre a educação de crianças de diferentes grupos etários, em especial sobre as dificuldades educativas na era da Internet. Por exemplo, quanto às crianças excessivamente viciadas em produtos electrónicos, como se pode educá-las sobre a utilização razoável dos produtos com certificação 3C, etc.? O Governo pode considerar impulsionar as escolas e as associações civis a melhorar a base de dados sobre a educação parental e as informações sobre a educação para a vida familiar em Macau, à luz das mudanças dos tempos.

2. Sugiro que o Governo tome como referência o mecanismo de agente de aconselhamento itinerante experiente, estendendo-o ao apoio à família, criando, independentemente, postos de aconselhamento para serviços de apoio aos pais, em conjugação com os serviços de aconselhamento nas escolas, e desenvolvendo e aprofundando os trabalhos de apoio itinerante aos pais; e que continue a implementar “Políticas amigas da família”, reforçando a cooperação com as associações cívicas, melhorando os serviços à família e promovendo mais empresas a concretizarem o regime de trabalho flexível, a licença parental, as actividades e os benefícios para a família, etc., para ajudar os trabalhadores cujo cônjuge também trabalha a encontrarem equilíbrio entre a família e o trabalho.

3. Muitas famílias em que ambos os pais trabalham afirmam que há divergências na orientação prestada por algumas escolas aos alunos para o planeamento da carreira

profissional e apoio no prosseguimento de estudos, por isso, tanto os pais como os alunos estão desorientados quanto à escolha de universidade e de profissão. Sugiro ao Governo que incentive as escolas a reforçarem o aconselhamento aos alunos sobre o prosseguimento de estudos e o planeamento da carreira, organizando sessões de esclarecimento com o apoio de profissionais dessa área, e pondere a criação de mais plataformas de consulta na Internet, a fim de fornecer melhores orientações aos encarregados de educação e alunos.

José Maria Pereira Coutinho

“Regime Geral de Construção e Atribuição de Alojamento aos trabalhadores da Função Pública no activo e aposentados”

O Governo da RAEM, com o objectivo de melhorar a qualidade de vida da população e em conformidade com o "Segundo Plano Quinquenal de Desenvolvimento Socioeconómico da Região Administrativa Especial de Macau (2021-2025)", apresentou no início de 2022 o "Estudo sobre a Política de Habitação para Fins Residenciais da Região Administrativa Especial de Macau", destacando que esta era uma prioridade fundamental da acção governamental, em resposta às necessidades básicas de habitação dos residentes.

Infelizmente, neste estudo, não foi abordado o regime geral de habitação para os trabalhadores da administração pública de Macau (APM), magistrados judiciais e pessoal recrutado no exterior para exercer funções na máquina administrativa, o que representa uma omissão significativa.

A habitação pública aos trabalhadores da APM existe porque eles não são iguais aos cidadãos. Os trabalhadores da APM têm deveres e obrigações que os cidadãos não precisam de cumprir e respeitar, como por exemplo, ter de trabalhar em regime de exclusividade não podendo exercer outras profissões ou trabalhos na privada, enquanto um simples cidadão pode exercer livremente duas, três, quatro ou mais profissões ao mesmo tempo para ganhar mais dinheiro.

Um trabalhador da administração pública tem a obrigação legal de declarar os rendimentos e impedido por exemplo de entrar livremente nos casinos. Estas restrições não se aplicam aos cidadãos que podem entrar livremente nestes locais de divertimento e não precisam de declarar a terceiros os seus rendimentos.

E há ainda muitas outras diferenças, e por isso, não se pode meter tudo no mesmo “saco” como foi dito no dia 16 do corrente neste hemiciclo pelo Senhor Chefe do Executivo, quando perguntado por um outro deputado quanto à habitação exclusiva aos funcionários, dizendo que um trabalhador é igual a um cidadão. Um trabalhador da administração pública, em termos legais, não é igual a um trabalhador do sector privado. Se não vejamos:

Em primeiro lugar, temos o regime geral de construção e alocação de habitação pública exclusiva para os trabalhadores da Administração que é regulado pelos Decretos-Lei n.º 31/96/M de 17 de Junho (Regime de Atribuição de Alojamento aos Trabalhadores Locais da Administração). Depois temos, o Despacho n.º 42/GM/96 (que fixa os critérios de determinação das tipologias das moradias de propriedade do Território a serem atribuídas aos trabalhadores da Administração Pública).

Adiante temos o Decreto-Lei n.º 5/99/M de 8 de Fevereiro (que introduz alterações ao Decreto-Lei n.º 31/96/M de 17 de Junho no que diz respeito ao regime de atribuição de alojamento aos trabalhadores locais da Administração).

Mais à frente temos o Despacho do Chefe do Executivo n.º 135/2012 (que trata das classificações de atribuição de moradias da Região Administrativa Especial de Macau aos funcionários).

Ainda mais, temos o tratamento especial na atribuição de alojamento somente aos intérpretes-tradutores de categoria igual ou superior a intérprete tradutor de 1.ª classe, nos termos da alínea c) do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 23/94/M de 9 de Maio, e que mesmo assim, e até hoje continua a haver uma grande falta de intérpretes-tradutores e tradutores nos serviços públicos.

E a concluir, constitui ainda ao Governo de Macau, a obrigação de cumprir com a alínea 2) do n.º 2 do artigo 55.º da Lei n.º 10/2013 (Lei de Terras), no dever de mandar construir habitação pública exclusivamente destinada aos trabalhadores da Administração Pública destinado aos trabalhadores no activo como aos aposentados.

Assim, porque é que o Governo não cumpre com esta obrigação? Qual a razão da demora na alocação dos terrenos do Estado na construção de habitação para os trabalhadores da função pública?

IAOD do Deputado Che Sai Wang em 18.04.2024

Cooperação multilateral para reprimir o *bullying* escolar, e proteger e promover o crescimento saudável dos jovens

O *bullying* escolar é um acto agressivo que ocorre dentro e fora da escola, pode causar danos físicos e psicológicos às vítimas, e as suas formas mais comuns são: *bullying* físico, emocional ou psicológico. Os promotores do *bullying* escolar podem ser indivíduos ou grupos. Com a mudança dos tempos e do ambiente e o desenvolvimento da tecnologia, o *bullying* escolar tornou-se mais oculto e mais diversificado. O *bullying* escolar não acontece apenas nas escolas, pois pode acontecer fora delas e até na Internet.

Recentemente, registou-se, na província de Hebei, um caso de *bullying* que envolveu três estudantes do ensino secundário que acabaram por matar o colega, caso que despertou a atenção da sociedade. De facto, em todo o mundo, o *bullying* escolar já se tornou um “cancro” comum nas escolas de todos os países e não é apenas um problema escolar, mas uma questão da delinquência juvenil. Segundo os dados divulgados pela UNESCO em 2017, anualmente, cerca de 246 milhões de crianças e adolescentes sofrem *bullying* nas escolas, o que equivale a cerca de 1 em cada 3 alunos.

O nosso Gabinete recebe muitas vezes pedidos de ajuda de pais de alunos, que afirmam que os seus filhos foram vítimas de insultos, actos discriminatórios e até agressões físicas praticadas por colegas durante as aulas. Houve alguns casos extremos em que os alunos foram vítimas de *bullying* colectivo orientado por professores. Segundo as pessoas que pediram apoio, os seus filhos, depois de sofrerem *bullying*, passaram a ter problemas psicológicos, como, perda de autoconfiança e de “auto-estima”, depressão, entre outros, e, posteriormente, até determinados sintomas físicos. O pior é que passaram também a ter tendência para o suicídio, e alguns até tentaram suicidar-se várias vezes. O *bullying* nas escolas não causa só danos corporais aos alunos ofendidos, mas também psicológicos. Mais, estes danos são longos e provocam influências negativas, levando até a vítima a ter de se sujeitar, ao longo da sua vida, a tratamento médico.

A Escola é o “paraíso” das pessoas que procuram sabedoria, é o lugar ideal para os “exploradores” de conhecimentos e é um “pavilhão” para os conhecimentos cívicos. Com vista a salvaguardar a sua pureza, a criar um ambiente seguro e harmonioso e a permitir que os alunos aprendam e cresçam com alegria, apresento as seguintes sugestões:

As autoridades devem ter uma atitude de “tolerância zero” em relação aos casos de *bullying* nas escolas, elaborando leis e regulamentos específicos para constranger estes actos inadequados, para estes crimes praticados por menores serem regulados por lei. A DSEJ deve apoiar as escolas, de várias formas, na implementação de políticas de prevenção e tratamento dos casos de *bullying*, nomeadamente, através de uma educação moral diversificada e formação de docentes, entre outras formas, para aumentar a consciência dos alunos e do pessoal escolar em combater os casos de *bullying*, bem como incutir os respectivos valores correctos. Ao mesmo tempo, as escolas devem elaborar um manual para o tratamento dos casos de *bullying*, introduzir medidas de intervenção oportunas, canais de

denúncia seguros e procedimentos claros, e definir programas de assistência de forma abrangente.

As famílias e os encarregados de educação devem criar uma boa atmosfera de comunicação com os seus educandos, cultivando nos alunos uma psicologia saudável e uma boa capacidade emocional e social, sob um ambiente de igualdade e amor mútuo. Mais, há que inculcar junto dos alunos o primado da lei, os valores da vida e a segurança escolar, e orientar os alunos para enfrentarem o *bullying* de forma científica, procurando ajuda de forma activa, e não serem “ovelhas silenciosas” nem espectadores silenciosos.

Há que salvaguardar, portanto, a harmonia e a tranquilidade escolar, e o percurso do crescimento saudável dos alunos tem de ser defendido com os esforços conjuntos das famílias, da escola e da sociedade!

IAOD do Deputado Chan Hou Seng em 18.04.2024

Energizar a sociedade e promover o desenvolvimento dos jovens através da arte

Hoje, às 17H00, na 60.^a Bienal de Veneza de Arte, inaugurou-se a exposição de Macau, China, que evoca reflexões sobre a urbanização e a diversidade cultural. Macau já participa nesta iniciativa internacional pela nona vez consecutiva.

Paralelamente, em Macau, 16 jovens artistas locais, que partilham dos mesmos ideais, estão a realizar uma exposição conjunta intitulada “Waiting: An Act of Faith”. As obras apresentam ricas e diversas temáticas, e evocam a espera de mudança e felicidade, interpretando a vida através da arte para comover o público. As duas exposições são expressões das reflexões sobre o presente e o ambiente por parte dos jovens de Macau, esperançosos perante o futuro.

Desde o retorno de Macau à Pátria, o Governo tem investido muitos recursos humanos e materiais na participação e organização de exposições de nível regional e internacional, e de iniciativas de música, literatura e teatro, e conseguiu resultados frutíferos. A promoção do desenvolvimento dos jovens através da cultura e da arte e o aumento dos benefícios sociais merecem a atenção de todos. Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Reforçar a implementação de políticas e medidas de apoio aos jovens no âmbito das artes e humanidades, incentivando a integração dos artistas no desenvolvimento dos bairros comunitários

A “Política de Juventude de Macau (2021-2030)” define claramente as quatro direcções principais dos trabalhos juvenis, isto é, “promover a participação social”, “estimular o crescimento físico e mental”, “criar uma atmosfera afectuosa” e “aumentar a mobilidade social”; e quanto à meta de “melhorar as qualidades globais e reforçar as competências essenciais”, estas últimas incluem as relacionadas com as artes e humanidades.

As artes e humanidades são lubrificantes e catalisadores indispensáveis para o desenvolvimento social, e várias universidades de Macau criaram faculdades de humanidade, de humanidades e artes, e de humanidades e ciências sociais, para formar os jovens em todas as vertentes. Na revitalização das zonas, as empresas de lazer incentivam os jovens artistas a instalarem-se nos bairros antigos e promovem o alargamento do espaço para o seu desenvolvimento, o que merece o reconhecimento da sociedade. Sugiro ao Governo que reforce as políticas de apoio às artes e humanidades, implemente, em conjunto com as diversas partes, diferentes medidas de apoio, no sentido de, através das artes, se aproximar da população e alargar o âmbito da respectiva divulgação. Isto permite que os criadores sejam reconhecidos e apreciados por mais pessoas, acarretando benefícios económicos, e contribui para a auto-realização dos jovens.

2. Os serviços ligados à cultura devem definir novas regras para a colaboração com as associações e indivíduos que reúnem os requisitos e condições definidos, para oferecer mais exposições de alta qualidade aos visitantes

Devido ao forte dinamismo das actividades culturais, a oferta de espaços para exposições é escassa. A libertação, pelo Governo, de alguns espaços e períodos para a realização de exposições em colaboração com associações e artistas que reúnem os requisitos e condições definidos pode ser um complemento importante para o Executivo, pois a colaboração entre quer o Governo e a população, todos beneficiam: o Governo, os autores e os visitantes.

3. Atrair artistas estrangeiros e incentivar locais a sair de Macau

A participação da RAEM na Bienal Internacional de Arte de Veneza é uma forma de “sair para o exterior” e de promover, na comunidade internacional, a implementação com sucesso do princípio “Um País, Dois Sistemas” com características de Macau. Os serviços culturais do Governo devem proceder à coordenação geral e procurar mais actividades artísticas internacionais que satisfaçam as exigências da RAEM, para apoiar mais jovens artistas a sair de Macau e a aumentar o seu prestígio no palco artístico internacional.

A criação artística pode tocar o coração das pessoas. Os jovens artistas podem ser uma ponte entre os jovens e a sociedade, e podem, através das suas obras, reflectir o pensamento e sentimento dos jovens, unindo mais amigos jovens, e a sociedade também pode ter assim mais um ângulo para observar o desenvolvimento dos jovens. Estamos contentes por ver que os jovens abraçam os seus sonhos, estão próximos das artes, têm mais cuidado humanístico para com o País e Macau, e assumem mais acções e responsabilidades.